



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

Processo 9746/2020

EDITAL Nº 102/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Objeto: “Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de **Ambulância tipo B** para cobertura de eventos com condutor e técnico de enfermagem, para atender a demanda dos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer pelo período de 12 meses, totalizando 116 horas.”
Recebimento e Abertura de Propostas: as 13:30 h. do dia 06/04/2020. **Disputa:** 14 h. do dia 06/04/2020. Edital disponível em www.canoas.rs.gov.br ou www.pregaobanrisul.com.br, www.pregaoonlinebarisul.com.br

Delmar Antônio Kunrath
Secretário Municipal das Licitações



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

Processo 9746/2020

EDITAL Nº 102/2020 PREGÃO ELETRÔNICO

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE CANOAS (RS), por intermédio da Secretaria Municipal das Licitações (SML), Diretoria de Compras e Formação de Preços (DCFP), torna pública a licitação acima identificada, que tem como objeto a “contratação de empresa especializada para prestação de serviço de **Ambulância tipo B** para cobertura de eventos com condutor e técnico de enfermagem, para atender a demanda dos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer pelo período de 12 meses, totalizando 116 horas”, e que se processará na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com o critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos deste edital e de seus anexos, e em conformidade com as disposições da Lei nº. 10.520/02, do Decreto Municipal nº. 829/2009, Decreto Federal nº 10024/19, artigo 24 e, subsidiariamente da Lei nº. 8.666/93, com **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS (ME) OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)**, conforme as disposições da Lei Complementar 123/2006 (artigos 47 e 48) e suas alterações (Lei Complementar 147/2014).

1.2. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, através da utilização do aplicativo "**Licitações**", do **Portal Eletrônico do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A**, sendo os trabalhos conduzidos pelo(a) pregoeiro(a), com o suporte de sua equipe de apoio, os quais, juntamente, com a autoridade competente, formam o conjunto de operadores do sistema do pregão eletrônico.

1.3. REALIZAÇÃO O acesso ao pregão eletrônico está disponível nos *sites* da **Prefeitura Municipal de Canoas**: www.canoas.rs.gov.br, link licitações e do **Banrisul**: www.pregaobanrisul.com.br ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

1.4. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS até as 13:30h. do dia 06/04/2020.

1.5. INÍCIO DA SESSÃO E DISPUTA DE PREÇOS às 14 h. do dia 06/04/2020.

1.6. TEMPO DE DISPUTA a critério do(a) pregoeiro(a) (por lote), acrescido do tempo aleatório, determinado pelo sistema.

1.7. REFERÊNCIA DE TEMPO para todas as referências de tempo será considerado o horário oficial de Brasília - DF.

1.7.1. A(s) licitante(s) deverá(ão) observar a data e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e o horário para início da disputa.

1.8. Impugnações ao edital caso interpostas, deverão ser dirigidas ao pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura das propostas financeiras, **exclusivamente por meio eletrônico**, através do e-mail: pregaoeletronico@canoas.rs.gov.br e, posteriormente em campo próprio do sistema. **Não serão aceitos se remetidos via fax ou correio.**

1.9. Pedidos de esclarecimento devem ser dirigidos ao(a) pregoeiro(a) até 03 (três) dias úteis



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

anteriores à data fixada para a abertura das propostas financeiras, **exclusivamente por meio eletrônico**, através do e-mail pregaoeletronico@canoas.rs.gov.br. **Não serão aceitos se remetidos via fax ou correio.**

1.10. Expediente externo: De segunda-feira à sexta-feira, das 8 h às 18 h, exceto feriados. Eventuais alterações de horário do expediente externo serão publicadas no Diário Oficial do Município de Canoas (DOMC), e Mural Oficial sito rua Frei Orlando, nº. 199, térreo, Centro - Canoas/RS, cabendo às licitantes realizar o acompanhamento.

1.11. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de referência;

Anexo II – modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;

Anexo III – modelo de declaração de que não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e de cumprimento ao disposto no Art. 27, inciso V, da Lei nº. 8.666/93;

Anexo IV – modelo de declaração de que não está incurso nos impedimentos do § 4º do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123/06;

Anexo V - formulário de dados da empresa;

Anexo VI – minuta de contrato;

Anexo VII - modelo de proposta financeira e planilha aberta de custos.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da licitação **APENAS AS MICRO EMPRESAS (ME) E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)**, que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste edital e em seus anexos e que estejam cadastrados/credenciados junto à Central de Compras do Estado do Rio Grande do Sul – CECOM através do site www.pregaobanrisul.com.br ou www.cecom.rs.gov.br.

2.1.1 A ME ou EPP interessada em participar da licitação deverá apresentar, na forma da Lei, **juntamente com os documentos de habilitação, declaração formal**, conforme anexo II, de que não está incurso em nenhum dos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, assinada por representante legal da licitante ou por procurador/credenciado, munido de procuração hábil, nos termos da Lei ou de carta de credenciamento.

2.2. Não poderão participar da presente licitação os interessados temporariamente suspensos de participar em licitação e impedidos de contratar com a Administração, bem como declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, nas suas esferas federal, estadual ou municipal, nos termos do art. 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/93, respectivamente.

2.3. Não poderão participar da presente licitação, ainda, os interessados enquadrados nas hipóteses do art. 9º da Lei nº. 8.666/93.

2.4. Não será permitida a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio.

2.5 Nos termos dos artigos. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, as MEs e EPPs deverão apresentar toda a documentação exigida no **item 6 do edital**, mesmo que esta apresente alguma restrição com relação à regularidade fiscal.

2.6. Havendo alguma restrição com relação à **regularidade fiscal**, será assegurado às MEs e EPPs o prazo de **05 dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

licitante for declarada a vencedora da licitação, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.7. A não-regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis) junto ao provedor do sistema através do site www.pregaobanrisul.com.br necessitando estar credenciadas junto à Sessão de Cadastro da Central de Compras/RS - CECOM, podendo também ser acessada através do site www.cecom.rs.gov.br.

3.2. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.3. A chave de identificação e a senha recebida junto a CECOM poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou outro fato impeditivo de participação de licitação em órgãos públicos.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao BANRISUL S/A. (provedor do sistema) ou ao Município de Canoas responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. DA PROPOSTA FINANCEIRA

4.1. A proposta financeira deverá ser **elaborada e enviada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio do sistema**, o qual deverá conter as seguintes informações:

4.1.1. Especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas do objeto proposto e outros elementos que identifiquem suas configurações (conforme anexo I), ou declaração de pleno atendimento as especificações contidas no edital:

4.1.2. A escolha do material a ser utilizado para a comprovação das especificações técnicas do objeto proposto, quando solicitado, fica a critério da licitante, ressaltando-se que será desclassificado aquele que, seja qual for o motivo, venha a apresentar a documentação incompleta ou deixe de comprovar qualquer característica do objeto proposto ou não atenda a todas as exigências constantes no edital;

4.1.3. Prazo de validade da proposta financeira, que não poderá ser inferior a 60 dias;

4.1.4. O encaminhamento de proposta financeira pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

4.1.5. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.1.6. Caberá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.2. OBSERVAÇÕES RELATIVAS À PROPOSTA FINANCEIRA:

4.2.1. O preço proposto será cotado em reais e será considerado suficiente e completo, abrangendo todos os encargos (sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como demais encargos incidentes), os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, e parafiscais, etc.), o fornecimento de mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, acessórios, consumíveis e equipamentos, a administração, o lucro, as despesas decorrentes de carregamento, descarregamento, fretes, transportes e deslocamentos de qualquer natureza, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora da licitação, bem como qualquer outro encargo ou despesa, ainda que aqui não especificado, que possa incidir ou ser necessária à execução do objeto da licitação.

4.2.2 A omissão na proposta financeira em relação as exigências do edital importa na submissão da licitante às normas nele estabelecidas.

4.2.3. A apresentação da proposta financeira implica a plena aceitação, por parte da licitante, das normas, exigências e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

4.2.4. O preço proposto será fixo e irrevogável pelo período de 12 meses, salvo o disposto na Lei nº 10.192/2001 e Decreto Municipal nº. 12/2013.

4.2.5. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade da proposta financeira, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo 60 dias.

4.2.6. Será de inteira responsabilidade da licitante o preço proposto, não sendo consideradas reclamações por erros ou equívocos manifestados após a abertura das propostas, prevista esta no item 1.4. deste edital.

4.2.7. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no(s) preço(s) finais, até, no máximo, dois algarismos após a vírgula.

5. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA

5.1. O julgamento obedecerá ao critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observando-se o disposto no Art. 4º, inciso X, da Lei nº. 10.520/02;

5.2. A análise da proposta financeira pelo(a) pregoeiro(a) visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, **sendo preliminarmente desclassificada a proposta financeira:**

5.2.1. Cujo objeto não atenda às especificações, aos prazos e às condições fixados no edital.

5.2.2. Que apresente preços manifestamente inexequíveis.

5.2.3. Que não contiverem informações suficientes que permitam a perfeita identificação do objeto licitado.

5.2.4. Que não contemplem a totalidade de itens constantes no lote ofertado.

5.3. Encerrada a etapa de lances, será efetuada outra análise das propostas financeiras apresentadas, sendo desclassificadas as que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou superiores aos preços praticados no mercado, bem como aos preços unitários e totais estabelecidos no anexo I.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1.1. Registro comercial no caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades simples, acompanhada de documento comprobatório da diretoria em exercício.

6.1.2. Se procurador, preposto ou credenciado, procuração ou termo de credenciamento, outorgado pelo(s) representante(s) legal(is) da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todo os demais atos inerentes à licitação, **acompanhado de documento(s) que confirme(m) ser o outorgante representante legal da licitante.** Tais documentos deverão ser autenticados ou cópias simples acompanhadas de originais para autenticação.

6.1.3 Declaração formal, conforme anexo II, de cumprimento dos requisitos de habilitação.

6.1.4. Declaração formal, conforme anexo III, de que não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e de cumprimento ao disposto no Art. 27, inciso V, da Lei nº. 8.666/93

6.1.5. Declaração formal, conforme anexo IV, de enquadramento no art. 3º e, que não está incurso nos impedimentos do § 4º do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.1.6. Prova de regularidade fiscal e trabalhista será efetuada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

a) cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ), em conformidade com a Instrução Normativa SRF nº. 1.005/2010;

b) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união e a seguridade social, expedida nos termos do Decreto Federal nº 5.512/05 e da Portaria Conjunta RFG/PGFN nº 1.751/2014;

c) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos estaduais, expedida pela secretaria e/ou delegacia da fazenda estadual;

d) certidão de regularidade fiscal junto ao município do domicílio ou sede da licitante;

e) certificado de regularidade junto ao FGTS;

f) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1.6. Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

6.1.7. Comprovação de capacitação técnica operacional, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s) por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante prestou serviços compatíveis em característica, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

6.1.7.1. O(s) atestado(s) de capacitação técnica apresentado(s) deve(m) conter as seguintes informações básicas: nome do contratado e do contratante, tipo de natureza dos serviços



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

executados e sua localização.

6.1.8. A licitante deverá apresentar junto com a proposta financeira e documentos de habilitação os seguintes documentos de qualificação técnica para:

a) condutor socorrista: Carteira Nacional de Habilitação – CNH categoria D, curso de condutor de veículos de emergência e Curso de APH e BLS;

b) Técnico de Enfermagem: Profissional com ensino técnico titular do diploma devidamente registrado no conselho regional da jurisdição correspondente para desenvolver atividades de atendimento pré-hospitalar com foco em urgência e emergência e curso de APH e BLS.

6.1.9. Alvará de Saúde das Ambulâncias disponibilizadas para a realização dos eventos.

6.1.10. Registro dos Profissionais junto aos Conselhos Profissionais Competentes (COREN).

6.1.11. Comprovar que está cadastrado no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES.

6.2. OBSERVAÇÃO RELATIVA AOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

6.2.1. Os documentos relativos à fase de habilitação deverão ser originais, cópias autenticadas ou cópias simples acompanhadas dos originais, para verificação da autenticidade das cópias e posterior devolução, salvo os documentos cuja autenticidade poderá ser verificada na internet, que poderão ser cópias simples, caso em que o(a) pregoeiro(a), se entender necessário, poderá diligenciar na internet para averiguar a autenticidade dos mesmos, habilitando ou não a licitante em função desta diligência. Não serão admitidas cópias em papel termo-sensível (fax).

6.2.2. Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete o conteúdo e a idoneidade do documento ou impeça o seu entendimento.

6.2.3. Não existindo data de validade nas certidões e/ou nos certificados exigidos para habilitação, somente serão aceitos se com **prazo de expedição não superior a 90 dias ou, se emitidos por prazo indeterminado, conforme legislação do órgão expedidor.**

6.2.4. Caso a licitante seja cadastrada junto ao Município de Canoas (RS), poderá apresentar o **cartão de registro cadastral (CRC)** em substituição dos documentos relacionados nos itens **6.1.1., 6.1.2., 6.1.3., 6.1.4., 6.1.5. alíneas “a” a “f”, 6.1.6, dentro de seu prazo de validade.**

6.2.5. O CRC somente se prestará à substituição dos documentos referidos no item anterior se estiverem dentro de seu prazo de validade. Não será admitida a inclusão de documento para revalidação de CRC vencido.

7. DO PROCEDIMENTO

7.1. Até o horário previsto neste edital, serão recebidas as propostas financeiras. Após, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas financeiras recebidas, passando o (a) pregoeiro(a) a avaliar sua aceitabilidade.

7.1.1. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

7.1.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2. DA ETAPA ELETRÔNICA DE LANCES E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.2.1. Os lances ofertados serão pelo **MENOR PREÇO POR LOTE.**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

7.2.2. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.2.3. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao(a) pregoeiro(a), bem como aos demais licitantes.

7.2.4. No caso de desconexão do(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível as licitantes para a recepção dos lances, retomando, o(a) pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.2.5. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa as licitantes, mediante mensagem eletrônica, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.2.6. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública no seu tempo normal, transcorrerá período de tempo de até 30 minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, fim do qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances.

7.2.7. Quando houver uma única licitante ou uma única proposta válida, caberá ao(a) pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

7.2.8. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta financeira de menor preço e os valores praticados no mercado e estimado no anexo I – termo de referência (máximo aceitável) para a contratação.

7.2.9. Nas situações a que se referem os subitens 7.2.7 e 7.2.8, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.2.10. Facultativamente, o(a) pregoeiro(a) poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de 30 (trinta) minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido um preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.2.11. O (a) pregoeiro(a) anunciará a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.2.12. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se a licitante às sanções deste edital.

7.2.13. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta financeira que apresentou menor preço quanto à compatibilidade deste em relação aos preços praticados no mercado e ao estimado no anexo I – termo de referência (máximo aceitável) para contratação, classificando ou desclassificando preliminarmente proposta financeira ofertada.

7.2.14. Em sendo desclassificada a proposta financeira de menor preço, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta financeira de segundo menor preço, negociando com o licitante a redução do preço apresentado, objetivando a obtenção de preço melhor.

7.2.15. Caso necessário, o procedimento do item 7.2.14. ocorrerá sucessivamente até que se obtenha proposta classificada em primeiro lugar.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

7.3.DA ETAPA FÍSICA DE CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

7.3.1. A licitante que teve a proposta financeira classificada em primeiro lugar deverá apresentar ao(a) pregoeiro(a), via e-mail, até o final do expediente do dia útil seguinte ao encerramento da disputa, a proposta financeira com a relação de todos os itens, com seus respectivos preços unitários, e os documentos de habilitação exigidos no item 6.1., devendo encaminhar os originais no prazo máximo de 03 dias úteis a contar do encerramento da disputa.

7.3.2. Deverão ser apresentados, ainda, via e-mail, os seguintes documentos relativos à proposta financeira:

a) Declarações / Certidões (Em caso de necessidade)

7.3.3. O(a) pregoeiro(a), a seu exclusivo critério e objetivando agilizar o processamento da licitação, poderá dispensar a licitante de apresentar os documentos exigidos via e-mail.

7.3.4. A licitante cadastrada na DCFP e que estiver com o CRC dentro do prazo de validade deverá apresentar apenas os documentos não abrangidos pelo CRC, conforme dispõe o item 6.2.4.

7.3.5. Não sendo a licitante cadastrada junto a DCFP ou estando o licitante com o CRC vencido, deverá apresentar todos os documentos exigidos no edital.

7.3.6. Os documentos e anexos exigidos deverão ser apresentados na forma original ou por cópia autenticada, no prazo de até 03 dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública. Será considerado apenas o recebimento, pelo(a) pregoeiro(a), dos documentos e anexos exigidos, e não sua postagem. Os documentos de habilitação exigidos deverão ser encaminhados para o endereço: rua Frei Orlando nº. 199, 4º andar, Centro, Canoas/RS CEP 92.010-280.

7.3.7. A licitante que apresentar proposta que não seja aceitável e/ou documentos de habilitação que não atendam às exigências editalícias será desclassificada e/ou inabilitada, e o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, conforme item 7.2.14. do edital, até encontrar proposta que atenda ao edital e cuja licitante atenda às exigências habilitatórias. Também nessa fase o(a) pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.3.8. Constatando o atendimento das exigências previstas no edital, a licitante será declarada a vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo(a) pregoeiro(a).

7.4. DOS RECURSOS

7.4.1. Declarada à vencedora, a licitante que desejar recorrer deverá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (sala de disputa/mensagens desbloqueadas), manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 20 minutos. Caso interposto o recurso o mesmo deverá ser dirigido ao(a) pregoeiro(a) e remetido via correio para o endereço: rua Frei Orlando nº. 199, 4º andar, centro, Canoas/RS, CEP 92.010-280, no prazo de 03 dias a contar da manifestação no sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contra-razões em igual prazo, que começara a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. Será considerado apenas o recebimento, pelo(a) pregoeiro(a), dos documentos, e não sua postagem.

7.4.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto, pelo(a) pregoeiro(a), ao vencedor do certame.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

7.4.3. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo ou, ainda, que não atendam as condições estabelecidas neste edital.

7.4.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

7.4.5 As razões de recurso ficarão à disposição dos interessados durante os prazos referidos no subitem 7.4.1., nos autos do processo no DLC, bem como no sistema eletrônico.

7.4.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.4.7. Havendo recursos, o(a) pregoeiro(a) apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade competente a decisão em grau final.

7.4.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora.

7.5. DA HOMOLOGAÇÃO

7.5.1. Após a adjudicação do objeto à licitante vencedora a autoridade competente homologará a licitação.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. Unidade de Contratos (UC/SMPG) convocará regularmente a licitante vencedora, para assinar o Termo de Contrato, dentro prazo de dois dias úteis, prorrogável por uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista no item 10.1.

8.2. É facultado à Administração, quando a convocada não assinar o termo de Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, sem prejuízo da sanção prevista no item 10.1.

8.3. Decorridos 60 dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

8.4. As cláusulas relativas à vigência contratual e garantia condições gerais, obrigações da contratada e do contratante, fiscalização, pagamentos, penalidades e demais cláusulas e condições relativas à entrega do objeto, estão previstas na Minuta de Contrato que deverão ser atendidas na íntegra pela(s) licitante(s) vencedora(s).

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. O objeto deverá ser compatível com as Normas Técnicas exigíveis.

9.2. Durante a execução do Contrato / Nota de Empenho, a Contratada deverá manter às mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pelo Município dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes da licitação.

9.3. O prazo de entrega: Conforme Termo de Referência deste edital.

9.4. Local e horário de entrega: Conforme Termo de Referência deste edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

10. DAS PENALIDADES

10.1. A participação na licitação sujeita as penalidades que seguem.

10.2. Quanto procedimento da licitação:

a) Deixar de apresentar a documentação exigida: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de um ano e multa compensatória equivalente a 30% sobre o valor da multa apurada por inexecução total, da tabela de referência constante na minuta de contrato em anexo.

b) A inabilitação decorrente da interpretação subjetiva da área técnica quanto à comprovação da capacidade técnica ou econômica não será fato gerador para a aplicação da penalidade prevista no subitem anterior.

10.3. Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de seis meses;

10.3.1. Deixar de manter a proposta: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa compensatória, calculada sobre o valor da proposta, atualizada até o momento da notificação para apresentação da defesa.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

11.2. O processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados no DCFP/SML, localizado a rua Frei Orlando, 199, 4º andar, Centro, telefone (51) 3236 3099 – opções 2 - 6, no horário constante do item 1.10.

11.3. As dúvidas e controvérsias oriundas da licitação serão dirimidas no Foro de Canoas (RS), quando não resolvidas administrativamente.

Município de Canoas, aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e vinte(10/03/2020).

Delmar Antônio Kunrath
Secretário Municipal das Licitações



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

Processo 9746/2020

EDITAL Nº 102/2020 PREGÃO ELETRÔNICO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO: para atender as solicitações expressas nos **processos nº 9746/2020**

A secretaria Municipal de Esporte e Lazer, visa atender e apoiar as ações contínuas relacionadas a promoção de atividades de esporte e lazer que busque a realização e a execução de seus programas e projetos, garantindo e ampliando o acesso da comunidade canoense aos benefícios das atividades físicas de esporte e lazer, prestando contribuição eficiente às necessidades deste campo da vida social. Justificamos a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de ambulância de suporte básico, com 01 técnico de enfermagem e 01 motorista socorrista para atender a demanda de eventos CECA E CEQUINHA. Ressaltamos que estes eventos já estavam previstos no Calendário da SMEL e que é imprescindível a necessidade do serviço de ambulância pois são eventos de competição esportiva com grande público e que envolvem crianças, jovens, adultos e idosos. Considerando o exposto solicitamos o deferimento desta contratação para assim mantermos o nosso compromisso público assumido com os munícipes e assegurar a continuidade e a realização das atividades esportivas, já planejadas e organizadas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Outrossim, informamos que os preços apresentados pelas empresas estão de acordo com os preços praticados no mercado.

2. DESCRIÇÃO TÉCNICA DO OBJETO E ORÇAMENTO ESTIMADO:

2.1. Objeto do presente pregão é a “contratação de empresa especializada para prestação de serviço de **Ambulância tipo B** para cobertura de eventos com condutor e técnico de enfermagem, para atender a demanda dos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer pelo período de 12 meses, totalizando 116 horas”.

2.2. Do orçamento estimado: para obter a avaliação do custo pela Administração (estimativa constante do pedido e autorização) foram consultadas empresas do mercado, conforme comprovam os documentos que se encontram nos processos de origem do pedido e autorização supra. O menor valor definiu a estimativa da contratação, em que o órgão requisitante definiu expressamente que os valores máximos aceitáveis no presente procedimento licitatório serão os constantes do orçamento estimado. Sendo assim, esta foi a alternativa utilizada pela Administração para aferir os valores envolvidos, assim como as dotações que permeiam estas contratações foram indicadas pelas secretarias requisitantes.

2.3. Descrição técnica e valor total do lote são os constantes do quadro abaixo:

LOTE 01				
Item	Quant.	Descrição	Valor Unit. Máximo Estimado	Valor Total Máximo Estimado
1	116 hs	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de	R\$ 146,00	R\$ 16.936,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

	Ambulância tipo B para cobertura de eventos com condutor e técnico de enfermagem, central de regulação Médica 24 horas por dia, de segunda a segunda feira, orientações via telemedicina, para atender a demanda dos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer pelo período de 12 meses, totalizando 116 horas.		
O valor máximo aceitável para o presente lote é de R\$ 16.936,00(Dezesseis mil, novecentos e trinta e seis reais)			
As informações técnicas referentes ao presente lote poderão ser obtidas na Secretaria de Municipal de Esporte e Lazer, rua XV de janeiro, nº 231 - 4º andar – sala 410 - bairro Centro, Canoas/RS, com o (a) Sr.(a) João Luis Klein – Profissional em Educação Física – Matrícula 7511-6, telefone (51) 3236 1909, e-mail jucajl_klein@yahoo.com.br			
A solicitação do serviço e a confirmação do local do evento será feita pela SMEL ao contratado com prazo de 05 (cinco) dias úteis de antecedência. O horário será combinado com o contratado devendo ser cumprido rigorosamente, não havendo tolerância de atraso.			
Os eventos da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer normalmente tem a duração de 8 horas (manhã e tarde). O tempo mínimo de duração de cada eventos é de 04 horas (um turno).			

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS ABERTA - MOTORISTA

	VALOR UNITÁRIO (HORA)	VALOR TOTAL 116h	PERCENTUAL
Técnico de Enfermagem	R\$ 20,44	R\$ 2.371,04	14,00%
Motorista Socorrista	R\$ 17,52	R\$ 2.032,32	12,00%
Vale Transporte	R\$ 8,91	R\$ 1.033,09	6,10%
Vale Refeição	R\$ 24,09	R\$ 2.794,44	16,50%
Materiais / Medicamentos	R\$ 29,20	R\$ 3.387,20	20,00%
Combustível	R\$ 8,53	R\$ 989,06	5,84%
Benefícios e Despesas Indiretas	R\$ 30,66	R\$ 3.556,56	21,00%
Depreciação do veículo	R\$ 6,65	R\$ 772,29	4,56%
TOTAL	R\$ 146,00	R\$ 16.936,00	100,00%

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO PREÇO UNITÁRIO		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Estimada
CONDUTOR / MOTORISTA	POSTO	1



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

I – Salário Estimado Profissional (R\$)		
CONDUTOR / MOTORISTA		R\$ 1.655,00
II – Composição da Remuneração		
Salário Base		R\$ 1.655,00
Adicional de Insalubridade		R\$ 239,29
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 1.894,29

III – Encargos Sociais Incidentes Sobre a Remuneração (R\$)		
GRUPO A	Percentual	Valor (R\$)
A. 01 INSS	20,00%	R\$ 378,85
A. 02 FGTS	8,00%	R\$ 151,54
A. 03 SESI / SESC	1,50%	R\$ 28,41
A. 04 SENAI / SENAC	1,00%	R\$ 18,94
A. 05 INCRA	0,20%	R\$ 3,78
A. 06 SEBRAE	0,60%	R\$ 11,36
A. 07 Salário Educação	2,50%	R\$ 47,35
A. 08 Riscos Ambientais do Trabalho- RAT x FAP	4,00%	R\$ 75,77
TOTAL DO GRUPO A	37,80%	R\$ 716,00
GRUPO B	Percentual	Valor (R\$)
B. 01 13º Salário	8,333%	R\$ 157,85
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	8,333%	R\$ 157,85
B.03 Aviso prévio trabalhado	1,918%	R\$ 36,33
B. 04 Auxílio Doença	1,370%	R\$ 25,95
B. 05 Acidente de Trabalho	0,329%	R\$ 6,23
B. 06 Faltas legais	0,274%	R\$ 5,19
B. 07 Férias sobre Licença Maternidade	0,056%	R\$ 1,06
B. 08 Licença Paternidade	0,021%	R\$ 0,39
TOTAL DO GRUPO B	20,634%	R\$ 390,85
GRUPO C	Percentual	Valor (R\$)
C. 01 Aviso prévio indenizado	0,417%	R\$ 7,89
C. 02 Indenização Adicional	0,167%	R\$ 3,16
C. 03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS)	3,200%	R\$ 60,61
C. 04 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS)	0,800%	R\$ 15,15
C.05 Abono de Férias – 1/3 constitucional sobre licença maternidade	2,778%	R\$ 52,62



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

C. 06 Abono de Férias – 1/3 constitucional sobre a licença maternidade	0,019%	R\$	0,35
TOTAL DO GRUPO C	7,381%	R\$	86,81
GRUPO D	Percentual	Valor (R\$)	
D. 01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre o grupo B	7,800%	R\$	147,74
TOTAL DO GRUPO D	7,800%	R\$	147,74
GRUPO E	Percentual	Valor (R\$)	
E. 01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,62
E. 02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente de trabalho	0,026%	R\$	0,49
E. 03 Incidência do FGTS sobre férias 1/3 constitucional	0,222%	R\$	4,20
TOTAL DO GRUPO E	0,281%	R\$	5,31
GRUPO F	Percentual	Valor (R\$)	
F. 01 Incidência dos encargos do grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário referente ao salário maternidade	0,273%	R\$	5,17
TOTAL DO GRUPO F	0,273%	R\$	5,17

TOTAL – ENCARGOS SOCIAIS (R\$)	74,169%	R\$	1.351,88
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS (R\$)		R\$	3.246,17
IV – INSUMOS			
Auxílio alimentação (fonte FMSC)		R\$	550,00
Vale Transporte 42	R\$ 4,60	R\$	193,20
Desconto legal sobre transporte(máximo 6% do salário base)		-R\$	99,30
EPI		R\$	14,71
TOTAL – INSUMOS		R\$	658,61
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + INSUMOS (R\$)		R\$	3.904,79
V – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI) + TRIBUTOS			
Despesas Indiretas	5,00%	R\$	195,24
Lucro	10,00%	R\$	390,48
SUBTOTAL – LDI	15,00%	R\$	585,72
ISSQN ou ISS	3,00%	R\$	144,31
COFINS	3,00%	R\$	144,31



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

PIS	0,65%	R\$	31,27
TOTAL – Impostos	6,65%	R\$	319,89
TOTAL MENSAL DO POSTO (Mão de obra + LDI + Impostos)			R\$ 4.810,40

Custo Mensal	R\$	4.759,41	
Regime Carga Horária	220h		
Custo Hora Trabalhada	R\$	21,63	
Horas Solicitadas para Contratação			116 h
TOTAL PARA CONTRATAÇÃO			R\$ 2.509,08
V – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI) + TRIBUTOS			

**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS ABERTA –
TECNICO EM ENFERMAGEM**

	VALOR UNITÁRIO(HORA)	VALOR TOTAL 116h	PERCENTUAL
Técnico de Enfermagem	R\$ 20,44	R\$ 2.371,04	14,00%
Motorista Socorrista	R\$ 17,52	R\$ 2.032,32	12,00%
Vale Transporte	R\$ 8,91	R\$ 1.033,09	6,10%
Vale Refeição	R\$ 24,09	R\$ 2.794,44	16,50%
Materiais / Medicamentos	R\$ 29,20	R\$ 3.387,20	20,00%
Combustível	R\$ 8,53	R\$ 989,06	5,84%
Benefícios e Despesas Indiretas	R\$ 30,66	R\$ 3.556,56	21,00%
Depreciação do veículo	R\$ 6,65	R\$ 772,29	4,56%
TOTAL	R\$ 146,00	R\$ 16.936,00	100,00%

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO PREÇO UNITÁRIO		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Estimada
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	POSTO	1

I – Salário Estimado Profissional (R\$)		
TÉCNICO DE ENFERMAGEM		R\$ 1.567,81
II – Composição da Remuneração		
Salário Base		R\$ 1.567,81
Adicional de Insalubridade		R\$ 239,29



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

III – Encargos Sociais Incidentes Sobre a Remuneração (R\$)		
GRUPO A	Percentual	Valor (R\$)
A. 01 INSS	20,00%	R\$ 361,42
A. 02 FGTS	8,00%	R\$ 144,56
A. 03 SESI / SESC	1,50%	R\$ 27,10
A. 04 SENAI / SENAC	1,00%	R\$ 18,07
A. 05 INCRA	0,20%	R\$ 3,61
A. 06 SEBRAE	0,60%	R\$ 10,84
A. 07 Salário Educação	2,50%	R\$ 45,17
A. 08 Riscos Ambientais do Trabalho- RAT x FAP	4,00%	R\$ 72,28
TOTAL DO GRUPO A	37,80%	R\$ 683,05
GRUPO B	Percentual	Valor (R\$)
B. 01 13º Salário	8,33%	R\$ 150,58
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	8,33%	R\$ 150,58
B.03 Aviso prévio trabalhado	1,918%	R\$ 34,66
B. 04 Auxílio Doença	1,370%	R\$ 24,75
B. 05 Acidente de Trabalho	0,329%	R\$ 5,94
B. 06 Faltas legais	0,274%	R\$ 4,95
B. 07 Férias sobre Licença Maternidade	0,056%	R\$ 1,01
B. 08 Licença Paternidade	0,021%	R\$ 0,37
TOTAL DO GRUPO B	20,634%	R\$ 372,84
GRUPO C	Percentual	Valor (R\$)
C. 01 Aviso prévio indenizado	0,417%	R\$ 7,53
C. 02 Indenização Adicional	0,167%	R\$ 3,01
C. 03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS)	3,200%	R\$ 57,82
C. 04 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS)	0,800%	R\$ 14,45
C.05 Abono de Férias – 1/3 constitucional sobre licença maternidade	2,778%	R\$ 50,20
C. 06 Abono de Férias – 1/3 constitucional sobre a licença maternidade	0,019%	R\$ 0,34
TOTAL DO GRUPO C	7,381%	R\$ 82,81



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

GRUPO D	Percentual	Valor (R\$)
D. 01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre o grupo B	7,800%	R\$ 140,94
TOTAL DO GRUPO D		R\$ 140,94
GRUPO E	Percentual	Valor (R\$)
E. 01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$ 0,59
E. 02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente de trabalho	0,026%	R\$ 0,46
E. 03 Incidência do FGTS sobre férias 1/3 constitucional	0,222%	R\$ 4,01
TOTAL DO GRUPO E	0,281 %	R\$ 5,06
GRUPO F	Percentual	Valor (R\$)
F. 01 Incidência dos encargos do grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário referente ao salário maternidade	0,273%	R\$ 4,93
TOTAL DO GRUPO F	0,273 %	R\$ 4,93

TOTAL – ENCARGOS SOCIAIS (R\$)	74,169%	R\$ 1.289,63
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS (R\$)		R\$ 3.096,73
IV – INSUMOS		
Auxílio alimentação		R\$ 550,00
Vale Transporte	R\$ 4,60	R\$ 193,20
Desconto legal sobre transporte(máximo 6% do salário base)		-R\$ 94,07
EPI		R\$ 14,71
TOTAL – INSUMOS		R\$ 663,85
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + INSUMOS (R\$)		R\$ 3.760,58
V – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI) + TRIBUTOS		
Despesas Indiretas	5,00%	R\$ 188,03
Lucro	10,00%	R\$ 376,06
SUBTOTAL – LDI	15,00%	R\$ 564,09
ISSQN ou ISS	3,00%	R\$ 138,98
COFINS	3,00%	R\$ 138,98
PIS	0,65%	R\$ 30,11



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

TOTAL – Impostos	6,65%	R\$	308,08
TOTAL MENSAL DO POSTO (Mão de obra + LDI + Impostos)		R\$	4.632,74

Custo Mensal	R\$	4.583,64
Regime Carga Horária		220h
Custo Hora Trabalhada	R\$	20,83
Horas Solicitadas para Contratação		116 h
TOTAL PARA CONTRATAÇÃO	R\$	2.416,28

Fonte para preenchimento da planilha referência conforme 5 faixa salarial do mínimo regional do RS 2019 e sindisaúde. Insalubridade 20% do mínimo regional.

2.3.1. As informações contidas nas planilhas acima deverão respeitar os pisos previstos na convenção coletiva de cada categoria.

3. DA PLANILHA ABERTA DE CUSTOS

3.1. A licitante melhor classificada no certame deverá apresentar com os demais documentos exigidos no edital a planilha aberta de custos.

5. DO GESTOR DO CONTRATO

5.1. Será o(a) gestor(a) do contrato o(a) Sr(a) Bárbara Cristina Muller Marconato – Secretária Municipal de Esporte e Lazer – Matrícula 122094

6. DA METODOLOGIA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1. Deverá ser disponibilizada uma ambulância por evento. A solicitação do serviço e a confirmação do local do evento será feita pela SMEL ao contratado com prazo de 05 dias úteis de antecedência.

6.2. O horário será combinado com o contratado devendo ser cumprido rigorosamente, não havendo tolerância de atraso.

6.3. Caso ocorra alteração de datas dos eventos a contratada será informada com prazo de 05 dias úteis de antecedência

7. DO VEÍCULO

7.1. Ambulância tipo B: suporte básico equipada atendendo as especificações contidas na Portaria 2048/2002 MS.

7.2. Os veículos não poderão apresentar tempo de uso superior a cinco anos considerando a data da prestação do serviço. Os mesmos deverão atender as especificações da ABNT/NBR 14561.

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. O critério de julgamento das propostas financeiras será o de **MENOR PREÇO DO LOTE**, desde que cumpridas às exigências técnicas do presente termo de referência.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

9. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.1. As exigências habilitatórias são conforme Art.4º, inciso XIII, da Lei nº 10.520 e aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 829/09.

Simone Pacheco
Matrícula 5857-2



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

Processo 9746/2020

EDITAL Nº 102/2020 PREGÃO ELETRÔNICO

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

Através da presente, declaramos que a empresa CNPJ nº., cumpre plenamente os requisitos de habilitação da licitação instaurada pelo Município de Canoas, Secretaria Municipal das Licitações (SML) / Diretoria de Compras e Formação de Preços (DCFP).

....., de de 2020.

Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador / preposto / credenciado

Nome do representante legal da licitante ou do procurador / preposto / credenciado



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

Processo 9746/2020

EDITAL Nº 102/2020 PREGÃO ELETRÔNICO

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO ESTÁ TEMPORARIAMENTE SUSPensa DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIDA DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, DE QUE NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE CUMPRIMENTO DO ART. 27, INC. V, DA LEI Nº. 8.666/93.

Declaramos que a empresa,
CNPJ nº, não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, bem como não foi declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, bem como não possui, em seu quadro de pessoal, empregado ou associado menor de dezoito anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e/ou menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 27, inc. V, da Lei n.º8.666/93.

Declaramos, ainda, que todo e qualquer fato que importe em modificação da situação ora afirmada será imediatamente comunicada, por escrito, ao DCFP/SML do Município de Canoas / RS.

..... de de 2020.

Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador / preposto / credenciado

Nome do representante legal da licitante ou do procurador / preposto / credenciado



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

Processo 9746/2020

EDITAL Nº 102/2020 PREGÃO ELETRÔNICO

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO ART. 3º E NÃO INCURSÃO NOS IMPEDIMENTOS DO § 4º DO MESMO ARTIGO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006 E PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA EM LICITAÇÕES.

Declaro, sob as penas da Lei, que a licitante
.....
CNPJ nº, se enquadra na definição do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, pelo que pretende exercer o direito de participação exclusiva em licitações, conforme redação dada pela Lei Complementar 147/2014 (artigos 47 e 48), e que, para tanto, atende suas condições e requisitos, não estando incurso em nenhum dos impedimentos constantes de seu § 4º.

....., de de 2020.

Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador / preposto / credenciado

Nome do representante legal da licitante ou do procurador / preposto / credenciado



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

Processo 9746/2020

EDITAL Nº 102/2020 PREGÃO ELETRÔNICO

ANEXO V - FORMULÁRIO DE DADOS DA EMPRESA

CADASTRO DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO CNPJ:		() MATRIZ	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
		() FILIAL	DATA DE FUNDAÇÃO: __/__/____	
			INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	
NOME EMPRESARIAL:				
NOME FANTASIA:				
CNAE-F PRINCIPAL:				
CNAE-F SECUNDÁRIAS:				
SÓCIOS/ADMINISTRADOR (ES):CPF(S):				
1 -				
2 -				
3 -				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA				
ENDEREÇO:			NÚMERO	COMPLE- MENTO
CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO		UF
CONTATO:		E-MAIL:		
TELEFONE:		HOME PAGE:		
CELULAR:				
DADOS BANCÁRIOS				
BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE		

Qualquer alteração deste formulário, entrar em contato com a equipe de cadastro da DCFP/SML –
fone: (51) 3236 3099 e-mail: cadastro@canoas.rs.gov.br. DATA: __/__/____



EDITAL Nº 102/2020 PREGÃO ELETRÔNICO.

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº. XX/2020

Contratação de empresa para prestação de serviço de **Ambulância tipo B** para cobertura de eventos para atender a demanda do Município de Canoas/RS.

O MUNICÍPIO DE CANOAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 88.577.416/0001-18, com sede na rua XV de Janeiro nº 11, neste ato representado por seu prefeito, Sr. LUIZ CARLOS BUSATO, doravante denominado CONTRATANTE e _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede em _____/RS, na rua/av. _____, número _____, bairro _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob número _____, neste ato representada por _____, doravante denominado CONTRATADA, por este instrumento e na melhor forma de direito, celebram o presente contrato, objeto do processo virtual 9746/2020; que originaram o Edital 102/2020 Pregão Eletrônico, subordinando-se às disposições da Lei 10.520/2002 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993 e Decreto Municipal 829/2009, bem como das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato, consiste na Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de **Ambulância tipo B** para cobertura de eventos com condutor e técnico de enfermagem, central de regulação Médica 24 horas por dia, de segunda a segunda feira, orientações via telemedicina, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme especificações quantitativas e qualitativas constantes do prego eletrônico do Edital nº 102/2020 Pregão Eletrônico e conforme anexo I, termo de referência, e da proposta financeira apresentada pela CONTRATADA, que ficam fazendo parte deste instrumento independentemente de transcrição.

Item	Quant.	Descrição do objeto	Valor unitário	Valor Total
1	116 hs.	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Ambulância tipo B para cobertura de eventos com condutor e técnico de enfermagem, central de regulação Médica 24 horas por dia, de segunda a segunda feira, orientações via telemedicina, para atender a demanda dos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer pelo período de 12 meses, totalizando 116 horas.		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O preço total do contrato é de R\$ _____ incluídos, além do objeto contratado, os encargos sociais, previdenciários, trabalhista, fiscais e comerciais, bem como demais encargos incidentes, os tributos o fornecimento de mão-de-obra especializada, materiais, a administração, o lucro e deslocamentos de qualquer natureza, bem como qualquer outra despesa, ainda que não especificada e que possa incidir ou ser necessária à execução do serviço e do objeto da licitação.

2.2. O(s) preço(s) contratual(is) será(ão) reajustado(s) conforme disposições da Lei 10.192/2001 e do Decreto Municipal 12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. Para o efetivo pagamento a CONTRATADA estará sujeita ao cumprimento das disposições contidas no Decreto 196/2018.

3.2. A nota fiscal/fatura relativa à realização do serviço com emprego de material deverá ser apresentada junto à UL – Unidade de Liquidação da Secretaria Municipal da Fazenda conforme artigo 11 do Decreto 12/2013.

3.3. As notas fiscais/faturas entregues não deverão portar vícios ou incorreções que impossibilitem ou atrasem o pagamento, hipótese em que a CONTRATADA suportará os ônus decorrentes do atraso.

3.4. Os serviços efetivamente realizados serão pagos em até trinta dias a contar da data da entrega da nota fiscal/fatura na Unidade de Liquidação que deverá ocorrer até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de:

3.4.1. Nota fiscal/fatura;

3.4.2. Termo de fiscalização aprovado e emitido pela secretaria municipal responsável.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses a contar do recebimento da ordem de início dos serviços (OIS).

CLÁUSULA QUINTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato estão lastreadas nas seguintes dotações orçamentárias:

12.01.27.812.0045.2301.0000.3.3.90.39

fonte do recurso 1

indicador de recurso 360

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. Os serviços contratados serão fiscalizados pelo Fiscal Administrativo, servidor Sr. João Luis Klein – Profissional em Educação Física – Matrícula 7511-6, telefone (51) 3236 1909, e-mail jucajl_klein@yahoo.com.br, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, o qual terá total liberdade para requisição de documentos e a realização de diligências para averiguação do cumprimento contratual por parte da CONTRATADA.

6.2 O Fiscal Administrativo do Contrato emitirá o Termo de Fiscalização.

6.3 A fiscalização dos serviços pela Administração não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratado.

6.4. Quando recomendável em face da complexidade do objeto, será indicado um Fiscal Técnico, por meio de um Termo de Designação de Fiscal, cujo o acompanhamento consiste na averiguação de a execução contratual está em conformidade com as normas

Rua Frei Orlando, 199 - 4º andar – Centro – Canoas – RS – 92010-280

Telefone: (51) 3236 3099 www.canoas.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

técnicas exigíveis, podendo rejeitar o que não estiver de acordo, responsabilizando-se a CONTRATADA pela realização de novos serviços, às suas expensas, no prazo determinado pelo Fiscal, computando-se o tempo despendido como atraso, a quem incumbirá:

6.4.1. Quando necessário, emitir pareceres ou outro documento técnico que demonstre à boa ou má execução dos serviços objeto deste Contrato.

6.4.2. Quando necessário, emitir notificações à CONTRATADA demonstrando objetivamente os descumprimentos contratuais verificados pela fiscalização.

6.5. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a ela relativas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO

7.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente, associar-se a outrem, ceder, transferir total ou parcialmente, realizar fusão, cisão ou incorporação do objeto deste contrato, sem a expressa autorização pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA as seguintes, para a totalidade dos serviços:

8.1.1. Mobilizar a equipe necessária aos serviços e disponibilizar os equipamentos e acessórios necessários à sua execução com elevada qualidade e eficiência.

8.1.2. Prestar os serviços com integral observância das disposições deste contrato, de acordo com a melhor qualidade e técnica disponível no mercado e em estrita conformidade com o disposto na legislação aplicável, fornecendo mão-de-obra, equipamentos e, quando assim determinado, materiais necessários para execução dos serviços, respondendo diretamente por sua qualidade e adequação.

8.1.3. Prestar os serviços com pessoal próprio devidamente habilitado e capacitado, cabendo-lhe a total e exclusiva responsabilidade pela coordenação, já que responsável legal administrativa e tecnicamente pelos serviços executados.

8.1.4. Atender, de imediato, toda a qualquer solicitação do CONTRATANTE quanto à substituição de mão-de-obra entendida como inadequada para a prestação dos serviços.

8.1.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus profissionais, de todas as normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 24 horas, após a notificação, qualquer profissional considerado com conduta inconveniente ou prejudicial ao bom andamento dos serviços.

8.1.6. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE, inclusive quanto à prevenção de incêndios e às seguranças de trabalho.

8.1.7. Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Constituir-se-ão obrigações do CONTRATANTE:

9.1.1. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do contrato;

9.1.2. Informar a CONTRATADA, previamente ao início dos serviços, e sempre que julgar necessários, todas as normas, as rotinas e os protocolos institucionais que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

deverão ser seguidos para a correta e a satisfatória execução dos serviços contratados, bem como indicar e disponibilizar instalações necessárias à sua execução;

9.1.3. É dever do CONTRATANTE, sempre que houver necessidade, averiguada em processo formal, a aplicação à CONTRATADA das penalidades legais e contratuais;

9.1.4. Relacionar caso necessário as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 Quanto à execução contratual:

10.1.1 Pelo inadimplemento das obrigações, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades que seguem:

10.1.2. Advertência escrita, para a correção de irregularidades que não possuam gravidade suficiente para caracterizar infração passível de levar a uma medida mais drástica.

10.1.3 Multa moratória, tendo como parâmetro os seguintes valores contratuais e percentuais:

Valores contratuais	Percentuais
até R\$ 500.000,00	0,30%
entre R\$ 500.000,01 e R\$ 1.500.000,00	0,20%
entre R\$ 1.500.000,01 e R\$ 5.000.000,00	0,08%
entre R\$ 5.000.000,01 e R\$ 20.000.000,01	0,04%
acima de R\$20.000.000,00	0,02%

10.1.3.1 Os percentuais serão aplicados por dia de atraso no cumprimento de qualquer das obrigações, calculada sobre o valor total do contrato, atualizado monetariamente, desde o primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, que deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, depois do qual será considerada inexecução contratual.

10.2. Multa compensatória tendo como parâmetro os seguintes valores contratuais e percentuais:

Valores Contratuais	Percentuais
até R\$ 500.000,00	10%
entre R\$ 500.000,01 e R\$ 1.500.000,00	8%
entre R\$ 1.500.000,01 e R\$ 5.000.000,00	6%
entre R\$ 5.000.000,01 e R\$ 20.000.000,00	4%
Acima de R\$ 20.000.000,01	2%

10.2.1. A aplicação da multa compensatória obedecerá ao seguinte critério:

a) no caso de inexecução parcial do contrato e rescisão unilateral, a multa compensatória será aplicável sobre o montante inadimplido, atualizado até o momento da notificação para apresentação da defesa;

b) no caso de inexecução total do contrato, a multa compensatória será aplicável sobre o valor nominal do ajuste, atualizado até o momento da notificação para apresentação da defesa.

10.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, na ocorrência de rescisão unilateral do contrato, além da aplicação das



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

multas moratória e compensatória, quando for o caso, à contratada será aplicada, cumulativamente, a pena de:

a) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de três anos, no caso de inexecução parcial do contrato;

b) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de cinco anos, no caso de inexecução total do contrato.

10.4. Quando a contratada causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual e negar-se a indenizar o erário administrativamente, será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, perdurando pelo tempo da suspensão temporária.

10.5. A recusa em aceitar a nota de empenho, ordem de serviço ou ordem de fornecimento, sujeita à infratora a mesma penalidade aplicável pelo inadimplemento total da obrigação, por aplicação simétrica ao que dispõe o art. 81, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

11.1. O presente contrato pode ser rescindido nas hipóteses descritas no artigo 78 da Lei 8.666/1993, observado os procedimentos estabelecidos no artigo 79 do mesmo diploma legal.

11.2. A CONTRATANTE reconhece os direitos da CONTRATADA, na condição de gestor público, em caso de rescisão administrativa, conforme previsto na Lei 8.666/1993.

11.3. O presente contrato pode ser alterado na forma estabelecida nos incisos I e II, do artigo 65 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO E DA REGÊNCIA

12.1. O presente contrato rege-se pelas cláusulas nele constantes, pelas especificações do processo virtual nº 9746/2020, do Edital nº102/2020 Pregão Eletrônico, pela proposta da CONTRATADA e pelas disposições constantes da Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 829/09

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

13.1. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na realização do objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As dúvidas e controvérsias oriundas do contrato serão dirimidas no Foro de Canoas (RS), quando não resolvidas administrativamente.

E, assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

MUNICÍPIO DE CANOAS, em ____ de _____ de ____ (____/____/2020).

Luiz Carlos Busato
Prefeito Municipal

CONTRATADA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

Processo 9746/2020

EDITAL Nº 102/2020 PREGÃO ELETRÔNICO.

ANEXO VII - MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA E PLANILHA ABERTA DE CUSTOS

EMPRESA: _____
CNPJ: _____ **ENDEREÇO:** _____
CIDADE: _____ **UF:** ____ **CEP:** _____
FONE: _____ **E-MAIL:** _____
CONTATO: _____

LOTE 01				
Item	Quant.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	116 hs	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Ambulância tipo B para cobertura de eventos com condutor e técnico de enfermagem, central de regulação Médica 24 horas por dia, de segunda a segunda feira, orientações via telemedicina, para atender a demanda dos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer pelo período de 12 meses, totalizando 116 horas.	R\$	R\$
O valor total da proposta é de R\$(.....)				

Assinatura do Responsável Legal da Empresa

Canoas ____ de _____ de 2020.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

PLANILHA DE CUSTOS ABERTA – SERVIÇO DE AMBULÂNCIA PARA EVENTOS -
MOTORISTA

	VALOR UNITÁRIO (HORA)	VALOR TOTAL 116h	PERCENTUAL (%)
Técnico de Enfermagem	R\$	R\$	
Motorista Socorrista	R\$	R\$	
Vale Transporte	R\$	R\$	
Vale Refeição	R\$	R\$	
Materiais / Medicamentos	R\$	R\$	
Combustível	R\$	R\$	
Benefícios e Despesas Indiretas	R\$	R\$	
Depreciação do veículo	R\$	R\$	
TOTAL	R\$	R\$	

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO PREÇO UNITÁRIO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Estimada
CONDUTOR / MOTORISTA	POSTO	1

I – Salário Estimado Profissional (R\$)		
CONDUTOR / MOTORISTA		R\$
II – Composição da Remuneração		
Salário Base		R\$
Adicional de Insalubridade		R\$
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$

III – Encargos Sociais Incidentes Sobre a Remuneração (R\$)		
GRUPO A	Percentual (%)	Valor (R\$)
A. 01 INSS		
A. 02 FGTS		
A. 03 SESI / SESC		
A. 04 SENAI / SENAC		
A. 05 INCRA		
A. 06 SEBRAE		
A. 07 Salário Educação		
A. 08 Riscos Ambientais do Trabalho- RAT x FAP		
TOTAL DO GRUPO A		
GRUPO B	Percentual (%)	Valor (R\$)
B. 01 13º Salário		
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)		
B.03 Aviso prévio trabalhado		
B. 04 Auxílio Doença		
B. 05 Acidente de Trabalho		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

B. 06 Faltas legais		
B. 07 Férias sobre Licença Maternidade		
B. 08 Licença Paternidade		
TOTAL DO GRUPO B		
GRUPO C	Percentual (%)	Valor (R\$)
C. 01 Aviso prévio indenizado		
C. 02 Indenização Adicional		
C. 03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS)		
C. 04 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS)		
C.05 Abono de Férias – 1/3 constitucional sobre licença maternidade		
C. 06 Abono de Férias – 1/3 constitucional sobre a licença maternidade		
TOTAL DO GRUPO C		
GRUPO D	Percentual (%)	Valor (R\$)
D. 01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre o grupo B		
TOTAL DO GRUPO D		
GRUPO E	Percentual (%)	Valor (R\$)
E. 01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado		
E. 02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente de trabalho		
E. 03 Incidência do FGTS sobre férias 1/3 constitucional		
TOTAL DO GRUPO E		
GRUPO F	Percentual (%)	Valor (R\$)
F. 01 Incidência dos encargos do grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário referente ao salário maternidade		
TOTAL DO GRUPO F		

TOTAL – ENCARGOS SOCIAIS (R\$)		
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS (R\$)		
IV – INSUMOS		
Auxílio alimentação (fonte FMSC)		R\$
Vale Transporte 42	R\$	R\$
Desconto legal sobre transporte (máximo 6% do salário base)		-R\$
EPI		R\$
TOTAL – INSUMOS		R\$
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + INSUMOS (R\$)		R\$
V – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI) + TRIBUTOS		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

Despesas Indiretas		R\$
Lucro		R\$
SUBTOTAL - LDI		R\$
ISSQN ou ISS		R\$
COFINS		R\$
PIS		R\$
TOTAL - Impostos		R\$
TOTAL MENSAL DO POSTO (Mão de obra + LDI + Impostos)		R\$

Custo Mensal	R\$
Regime Carga Horária	220h
Custo Hora Trabalhada	R\$
Horas Solicitadas para Contratação	116 h
TOTAL PARA CONTRATAÇÃO	R\$

V - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI) + TRIBUTOS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

PLANILHA DE CUSTOS ABERTA – SERVIÇO DE AMBULÂNCIA PARA EVENTOS –
TÉCNICO EM ENFERMAGEM

	VALOR UNITÁRIO (HORA)	VALOR TOTAL 116h	PERCENTUAL
Técnico de Enfermagem	R\$	R\$	%
Motorista Socorrista	R\$	R\$	%
Vale Transporte	R\$	R\$	%
Vale Refeição	R\$	R\$	%
Materiais / Medicamentos	R\$	R\$	%
Combustível	R\$	R\$	%
Benefícios e Despesas Indiretas	R\$	R\$	%
Depreciação do veículo	R\$	R\$	%
TOTAL		R\$	%

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO PREÇO UNITÁRIO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Estimada
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	POSTO	1

I – Salário Estimado Profissional (R\$)		
TÉCNICO DE ENFERMAGEM		
II – Composição da Remuneração		
Salário Base		
Adicional de Insalubridade		

III – Encargos Sociais Incidentes Sobre a Remuneração (R\$)		
GRUPO A	Percentual	Valor (R\$)
A. 01 INSS		
A. 02 FGTS		
A. 03 SESI / SESC		
A. 04 SENAI / SENAC		
A. 05 INCRA		
A. 06 SEBRAE		
A. 07 Salário Educação		
A. 08 Riscos Ambientais do Trabalho- RAT x FAP		
TOTAL DO GRUPO A		
GRUPO B	Percentual	Valor (R\$)
B. 01 13º Salário		
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)		
B.03 Aviso prévio trabalhado		
B. 04 Auxílio Doença		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

B. 05 Acidente de Trabalho		
B. 06 Faltas legais		
B. 07 Férias sobre Licença Maternidade		
B. 08 Licença Paternidade		
TOTAL DO GRUPO B		
GRUPO C	Percentual	Valor (R\$)
C. 01 Aviso prévio indenizado		
C. 02 Indenização Adicional		
C. 03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS)		
C. 04 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS)		
C.05 Abono de Férias – 1/3 constitucional sobre licença maternidade		
C. 06 Abono de Férias – 1/3 constitucional sobre a licença maternidade		
TOTAL DO GRUPO C		
GRUPO D	Percentual	Valor (R\$)
D. 01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre o grupo B		
TOTAL DO GRUPO D		
GRUPO E	Percentual	Valor (R\$)
E. 01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado		
E. 02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente de trabalho		
E. 03 Incidência do FGTS sobre férias 1/3 constitucional		
TOTAL DO GRUPO E		
GRUPO F	Percentual	Valor (R\$)
F. 01 Incidência dos encargos do grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário referente ao salário maternidade		
TOTAL DO GRUPO F		

TOTAL – ENCARGOS SOCIAIS (R\$)		
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS (R\$)		
Auxílio alimentação		
Vale Transporte		
Desconto legal sobre transporte(máximo 6% do salário base)		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal das Licitações

EPI		
TOTAL – INSUMOS		
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + INSUMOS (R\$)		
V – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI) + TRIBUTOS		
Despesas Indiretas		
Lucro		
SUBTOTAL – LDI		
ISSQN ou ISS		
COFINS		
PIS		
TOTAL – Impostos		
TOTAL MENSAL DO POSTO (Mão de obra + LDI + Impostos)		

Custo Mensal	
Regime Carga Horária	
Custo Hora Trabalhada	
Horas Solicitadas para Contratação	
TOTAL PARA CONTRATAÇÃO	

Fonte para preenchimento da planilha referência conforme 5 faixa salarial do mínimo regional do RS 2019 e sindisaúde. Insalubridade 20% do mínimo regional.